



## Semeando água boa no XINGU

**C**onsiderado um dos campeões em desmatamento no Brasil, o Mato Grosso tem ocupado amplos espaços na mídia em função da devastação das suas florestas para a expansão da produção agropecuária. Mas, seguindo na contramão desse processo de destruição, existe naquele Estado, um movimento da sociedade que já vem colhendo frutos de um trabalho árduo que envolve a recuperação de vegetação em áreas estratégicas para a proteção de fontes de água doce na Bacia Hidrográfica do Rio Xingu, incluindo nascentes e matas ciliares. Para isso, um dos trunfos tem sido o plantio de sementes nativas com o uso de máquinas agrícolas, usadas principalmente, para o cultivo de soja. Essa é uma técnica inovadora que pode reduzir os custos dos projetos pela metade.

As ações de recuperação ambiental se tornaram uma realidade graças à campanha "Y Ikatu Xingu" (significa "água boa, água limpa do Xingu" na língua indígena Kamaiurá). Essa mobilização foi iniciada em 2004, depois de um encontro que reuniu representantes da sociedade no município de Canarana e vem sendo desenvolvida por uma rede de parceiros, liderada pelo Instituto Socioambiental (ISA). O movimento

não para de crescer e tem conquistado apoio de anônimos e famosos como a top model Gisele Bündchen. ONGs, universidades, prefeituras, ministérios, institutos de pesquisa, além de comunidades indígenas, agricultores familiares, fazendeiros, entre muitos outros atores fazem parte da empreitada.

"Já nos anos 90, lideranças do Parque Indígena do Xingu foram as primeiras a manifestar preocupação com o futuro da região, em função do desmatamento e da ocupação do entorno de suas terras", explica Rodrigo Junqueira, coordenador adjunto do Programa Xingu do ISA. Os efeitos negativos da degradação ambiental eram sentidos, principalmente, nas matas ciliares. Sem elas, os rios ficam desprotegidos e tanto o volume, como a qualidade da água, tendem a cair.

De lá pra cá, um longo caminho de negociações, aprendizado e superação de muitos obstáculos tem sido trilhado pelos participantes dessa iniciativa que tem avançado em municípios matogrossenses como Canarana, São José do Xingu e Querência. Para nortear as ações da campanha, os parceiros definiram como prioridades a proteção das Terras Indígenas (TIs), a redução dos custos de recuperação das matas ciliares nas propriedades rurais e a luta pela implantação de serviços de saneamento nas cidades da região.

"A campanha já começou com uma inovação ao reunir povos indígenas, ambientalistas e fazendeiros, atores que historicamente eram adversários. A pedra fundamental dessa mobilização foi o estabelecimento de um pacto político em torno da proteção da água, reconhecida como um bem de todos", analisa Junqueira.

Nesse processo de construção de caminhos mais



sustentáveis para a economia local e regional, fortemente centrada na agropecuária, Junqueira explicou que era necessário conquistar a adesão dos proprietários rurais. "Dos 300 mil hectares de passivo de matas ciliares na região do Xingu, 90% estão nas mãos de médios e grandes fazendeiros. Assim, ou fazíamos a mobilização desses atores, ou não teríamos resultados muito significativos nas ações da campanha", reforça o coordenador adjunto.

Ainda segundo ele, não há vezes contrárias à importância de recuperar a vegetação que margeia os rios e protege as nascentes. O que impedia muitos produtores de aderirem a esse movimento era a falta de tecnologia. "Eles queriam plantar, mas não sabiam como. Foi aí que começamos a elaborar projetos de recuperação com apoio do ICV (Instituto Centro de Vida) e de outros parceiros. Entre outros desafios, levantamos recursos, formamos equipes para atuar com produção agrícola

sustentável e damos apoio técnico aos agricultores. Do passivo de 300 mil hectares temos mil hectares em recuperação na região. Pode parecer pouco, mas mil é mais do que zero," pondera o ambientalista.

A região está fortalecendo um modelo de recuperação que poupa tempo e recursos financeiros, cuja tendência é de ser replicado no Cerrado e na Amazônia. Para dar uma idéia da redução de custos, Junqueira destaca que para plantar manualmente 1 hectare com uso de mudas, os gastos são de cerca de R\$ 5 mil, enquanto que, por semeadura direta, não passa de R\$ 2 mil.

## EQUILÍBRIO CLIMÁTICO EM PAUTA

As preocupações com os riscos que envolvem as mudanças climáticas, sobretudo com alterações no regime de chuvas e seus impactos socioambientais na região do Xingu, também fazem parte das ações da campanha e já estão presentes na vida dos povos que dependem diretamente da natureza para viver. "Os indígenas foram os primeiros a alertar sobre mudanças no ciclo de florada da mata, reprodução de peixes e na roça. Já sentiam pequenas diferenças que se confirmam no dia a dia", afirma Augusto Pereira, do Departamento de Comunicação do ICV. Segundo ele, os povos indígenas assumem a condição de "guardiões de águas valiosas" e querem evitar que aconteça com o Rio Xingu e sua rica biodiversidade o que ocorreu com o rio Tietê, em São Paulo. "Os agricultores também temem que as mudanças climáticas alterem a produtividade e desvalorizem suas terras", observa.

Pereira considera que as ações de educação ambiental, desenvolvidas com materiais da campanha, estão contribuindo para criar uma nova cultura no segmento agrícola na Bacia do Xingu. "Agricultores já conhecem a legislação e alguns passaram a se declarar protetores da natureza". Mas a situação nem sempre foi assim, segundo este conhecedor da realidade regional: "Anos atrás, qualquer um que se dissesse simpatizante de ambientalistas seria considerado uma ameaça à soberania do Brasil e ao desenvolvimento do Estado de Mato Grosso."

Não é à toa que quando a campanha começou, há cinco anos, a área desmatada da Floresta Amazônica foi a maior da história. "A tendência do desmatamento era continuar com grandes números, afetando mais e mais as matas ciliares na Bacia do Xingu", recorda Pereira. Ele destacou que diante dessa realidade, o primeiro passo foi sensibilizar para a importância das Áreas de Preservação Permanente (APPs), nas quais se incluem as margens de rios, as nascentes e outras áreas que por força da lei (Código Florestal) não podem ser desmatadas.

"Mais importante do que a lei é estar consciente da função de manter água na terra", reitera o ambientalista que considera a continuidade do processo de recuperação do passivo como o maior desafio dos parceiros, já que novos desmatamentos em APPs são raros atualmente na região. Para alcançar esse objetivo de longo prazo, "uma das metas é ter ação em cada município da Bacia", reforça.

## ARTICULAÇÃO E CIDADANIA

A secretária de Agricultura e Meio Ambiente de Canarana, Eliane Felten, conta que no município o tra-



FOTO: [PAULO VAINER]

Xingu

FOTO: [MARISTELA BECKER DA ROSA], SEC. DE MEIO AMBIENTE DE CANARANA



Secretária de Agricultura e Meio Ambiente de Canarana, Eliane Felten, ensina as crianças a proteger a natureza

balho desencadeado pelo ISA e outros parceiros foi bem aceito pelos produtores e pelo poder público local. Segundo ela, há consenso quanto à necessidade de recuperação das APPs, pela estreita relação entre a vegetação dessas áreas e a proteção das fontes de água doce. Os riscos de desequilíbrio climático, com o aumento dos períodos de seca ou enchentes no rio Xingu e seus afluentes, passam também a ser melhor compreendidos pela sociedade.

“O nosso município tem 1 milhão de hectares de extensão, dos quais 32 mil hectares (2,9% do total) precisam de recuperação florestal. É pouco se compararmos a outras áreas do Estado que nem deram um primeiro passo, mas isso não quer dizer que não tenhamos que nos empenhar. Pelo contrário, damos total apoio às ações da campanha e consideramos que estamos no caminho certo quando sentimos que conseguimos sensibilizar a sociedade local. Percebemos durante esse trabalho que muitos produtores estão dispostos a colaborar porque estão preocupados com a qualidade do ambiente que querem deixar para seus filhos e netos”, analisa a secretária.

Eliane ressalta que outra ação estratégica para o êxito local das ações da campanha tem sido o fortalecimento do viveiro de mudas que este ano deve atingir 50 mil unidades. A expectativa é de que em 2010 a produção seja dobrada. Essa iniciativa é fundamental para apoiar a

recuperação de áreas onde não é possível fazer o plantio direto de sementes com máquinas.

No viveiro de Canarana, um dos três já em funcionamento no Estado, foi criada a Casa da Semente, experiência também em prática em Gaúcha do Norte e São José do Xingu. Esses locais servem de apoio e ponto de encontro para intercâmbio dos integrantes da Rede de Sementes do Xingu, outro trabalho de construção coletiva que gera renda para comunidades locais e regionais, valoriza a cultura, sobretudo dos povos indígenas, e amplia o conhecimento sobre as espécies de plantas nativas.

A Rede foi criada em 2007 e movimentou dezenas de famílias indígenas e de agricultores familiares que coletam e vendem cerca de 120 espécies do Cerrado e outras 100 espécies da floresta de transição entre o Cerrado e a Amazônia. “Só no nosso município temos dez produtores que querem sementes para recuperar áreas de suas fazendas”, afirma Eliane ao confirmar a importância de manter a rede articulada de forma a gerar resultados positivos para todos os segmentos.

A secretária reforça que não foram poucos os fazendeiros de quem já ouviu relato sobre nascentes que secaram por causa do desmatamento. Com receio de que as consequências ambientais se agravem, sobretudo em cenário de mudanças climáticas, os produtores continuam aderindo ao movimento pela proteção das águas do Rio Xingu e seus afluentes. “Vale ressaltar que em Canarana temos 1.179 nascentes (de um total de 22.525 na região). É quase uma para cada mil hectares do nosso município. Temos que cuidar bem desse importante patrimônio.”

Eliane Felten também considera a difusão de conhecimento como outro grande avanço, resultante das ações da campanha. “Há cinco anos um proprietário que quisesse fazer a recuperação ambiental de suas terras não sabia como fazer porque não havia informação e tecnologia em nível local. Hoje há capacidade de avaliação e resposta clara para solucionar problemas em áreas secas e úmidas”, acrescenta. Segundo ela, um dos desafios é ampliar a capacidade de coleta de sementes e produção de mudas, para que a demanda dos produtores rurais seja atendida.

#### FAZENDA BANG BANG, EXEMPLO DE RECUPERAÇÃO

Luiz Castelo, proprietário da Fazenda Bang Bang, em São José do Xingu, conhece bem o significado da falta de alternativas tecnológicas de recuperação florestal, adequadas às peculiaridades da região do Xingu. Ele tentou, sem sucesso, várias técnicas e tipos de plantio, até receber apoio do ISA e acertar em cheio em um modelo que vem chamando a atenção de outros agropecuaristas brasileiros.

Castelo conta que já conseguiu recuperar cerca de 200 hectares de APPs em suas terras e que fará o mesmo com outros 100 hectares até 2014. A julgar pelos bons resultados alcançados até agora, o fazendeiro que é reconhecido como campeão de plantio de matas ciliares na Bacia do Xingu, acredita que terminará o trabalho muito antes do prazo previsto.

Buriti, açai, cipó imbé, peroba, ipê e tingui são algumas das espécies nativas plantadas na sua fazenda juntamente com leguminosas exóticas como o feijão-guandú e o feijão-de-porco, que, entre outras vantagens, sombreiam as árvores em processo de crescimento, controlam a proliferação de capim no entorno das plantas e protegem o solo.

“Não tenho dúvidas de que os proprietários da região têm consciência da importância da recuperação ambiental. O que falta

para a maioria são recursos financeiros para colocar em prática os projetos necessários," afirma Castelo. Ele defende a desburocratização e a ampliação dos programas de financiamento dos bancos públicos para que fazendas da Amazônia, do Cerrado e de outras regiões possam construir modelos de produção mais sustentáveis.

Para tornar a sua fazenda de 13,5 mil hectares um modelo de produção sustentável para soja, milho, além de gado de corte, cuja carne é fornecida para a rede Pão de Açúcar de supermercados, Castelo investiu em recursos próprios cerca de R\$ 174 mil.

Segundo afirma, existe muita cobrança em relação à agropecuária na Amazônia e esse tipo de pressão gera um aumento de custo para os produtores que a sociedade tem que estar disposta a compensar. Só que na prática, diz ele, isso não ocorre.

O fazendeiro explicou que em São José do Xingu há uma mobilização para a criação de um selo que certifi



ANTES - Primeira linha experimental de agrofloresta plantada durante oficina, em 2006, em Água Boa (MT).



DEPOIS - A mesma área um ano e oito meses depois. Espécies como caju e urucum foram muito precoces.

FOTOS: [OSKALDO BRAGA DE SOUZA], ISA

que a origem dos produtos locais, garantindo ao mercado que resultam das melhores práticas produtivas. Isso, na prática, deve contribuir para remunerar melhor toda a cadeia produtiva. "Caminhamos, ainda que lentamente nesse sentido. Mas precisamos dar poder de decisão ao consumidor", conclui.

## Saiba mais sobre o Rio Xingu:

**Extensão:** 2,7 mil quilômetros (corta o Nordeste do Mato Grosso, atravessa o Pará e desemboca no Rio Amazonas).

**Importância ambiental:** alimenta uma Bacia Hidrográfica de 51,1 milhões de hectares, de rica biodiversidade, e da qual dependem cerca de 500 mil habitantes.

**Relevância sociocultural:** Na região das cabeceiras do Xingu, no Estado do Mato Grosso, vivem 18 povos indígenas (10 mil habitantes).

**Principais riscos:** No entorno do Parque Indígena do Xingu ações ilegais como desmatamento e queimadas já fizeram muitas nascentes secarem, alertando a sociedade em geral para a urgência da recuperação da vegetação, sob pena de faltar água para os povos indígenas e outros segmentos sociais no futuro. O desequilíbrio climático, a perda de biodiversidade e a erosão dos solos são outros riscos resultantes dos impactos ambientais verificados na região.

Fonte: Instituto Soioambiental (ISA)

Para saber mais sobre a campanha e apoiar as ações acesse: <http://www.yikatuxingu.org.br/home>

### DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA E NO MATO GROSSO:

- Entre agosto de 2007 e julho de 2008 foram desmatados 12.911 km<sup>2</sup> na Amazônia Legal, crescimento de 12% em relação ao período anterior.
- Juntos, Pará e Mato Grosso responderam por 69% do desmatamento na Amazônia, no período acima, com 43,4% e 25,2%, respectivamente.

O Mato Grosso ainda é o segundo Estado mais desmatado da Amazônia (só perde para o Pará). Confira alguns dados mais recentes de 2009 e iguais períodos de 2008:

Julho	
2008	2009
Amazônia: 323 km <sup>2</sup>	Amazônia: 836,5 km <sup>2</sup>
Mato Grosso: 32,7 km <sup>2</sup>	Mato Grosso: 123,78 km <sup>2</sup>
Agosto	
2008	2009
Amazônia: 756 km <sup>2</sup>	Amazônia: 498,1 km <sup>2</sup>
Mato Grosso: 229,17 km <sup>2</sup>	Mato Grosso: 105,24 km <sup>2</sup>

Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)

Para informações completas acesse: <http://www.obt.inpe.br/deter/>